

DOCUMENTAÇÃO

Territórios Federais — Grandezas e Misérias

Discurso do Deputado Senhor José Guiomard proferido nas sessões de 21 e 22 de outubro de 1952

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou reviver aqui, aproveitando esta oportunidade que nós Deputados só temos uma vez em cada período legislativo, o velho problema da divisão político-administrativa do nosso país. Mas devido à vastidão da matéria, só tratarei da parte que diz respeito aos Territórios Federais, essas unidades tão elogiadas às vezes, quanto deselogiadas outras.

De fato, desde a Constituinte de 1946 discute-se o assunto, que volta sempre à ordem do dia como agora, em guerra de linotipos, pelas vozes de constitucionalistas eminentes, ou pela dos próprios Territórios, que vem a ser a dos seus representantes nesta casa. Tenho quase certeza, quando a emenda constitucional possibilitando a criação de novos Territórios voltar ao plenário, apaixonados debates hão de dividir bancadas, Estados, Partidos, diante dessa velha e sempre nova questão, cuja origem vem da época do descobrimento, com o estabelecimento arbitrário das capitânicas hereditárias berço de muitos dos Estados atuais.

Eis porque, Sr. Presidente, Senhores Deputados, venho trazer também o meu depoimento que, embora empírico, terá contudo para aquêles estudiosos mais objetivos, o sabor de experiências vividas anos a fio.

Em resumo o que caracteriza mais a entidade Território é o seu *governo de poder executivo nomeado sem consentimento público*. Daí decorrem certos contrastes e confrontos que têm sido focalizados segundo a maneira unilateral com que se examina qualquer coisa entre nós, quase sempre superficialmente, e que ora vou abordar sob título que poderia ser — “Grandezas e misérias dos Territórios”, tese como é natural despida de primores jurídicos, pois seu autor não tem sido senão soldado colonial, batedor de fronteiras, desde o Chuí até Cucuí, sem nenhuma retórica, antes com a mão na massa, vivendo e sofrendo aquelas grandezas e misérias, no governo de dois dos nossos Territórios.

Começarei dizendo que a principal vantagem de ser Território é a de *comer na mesa grande do Estado Federal*. Hipertrofiado no Brasil, como todos sabemos, o governo da União é o único que dispõe de recursos mais fartos, de disponibilidades financeiras capazes de fazer alguma coisa pelas populações dispersas ao longo das nossas fronteiras. Nesta minha afirmativa não há qualquer restrição de ordem moral, qualquer censura, ou menosprezo, à administração dos Estados que possuindo terras de mais, e dinheiro de menos, ficam praticamente impossibilitados de atender àquelas populações tão necessitadas de um mínimo de conforto, segurança e assistência, espalhadas sobre áreas imensas. Não duvido da grande vontade de fazê-las progredir também, da parte dos homens que em tais Estados constituem os governos, mas forçoso é reconhecer que os orçamentos estaduais, ou municipais, estão longe de suportarem êsses ônus à medida que nos afastamos das capitais, ou dos lugares mais próximos.

Assim, é evidente certo progresso das cidades do interior de cada Território sobretudo se a comparação for feita

com cidades do mesmo tipo, situadas nos grandes Estados do extremo norte ou do centro-oeste do país.

Não me admiro, pois, que Marajó queira ser Território; que seja êsse também o desejo de Óbidos. Nem é de agora que se fala no Território do Araguaia, ou do Tocantins, e na volta do de Ponta-Porã. E até na progressista zona de Ilhéus, com surpresa de muita gente, se não me engano, tem havido coceiras “territorialistas”. Não faz muito tempo, o Sr. Chateaubriand, no Senado Federal, admitiu mesmo a transformação de certos Estados em Territórios, a fim de que a União possa ter as mãos livres para ajudá-lo, com mais eficiência.

O Sr. *Pereira da Silva* — Parece que quem quer ter as mãos livres é o próprio Sr. Chateaubriand.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Isto revela que o corajoso senador paraibano não conhece tôda a engrenagem de um Território e embora não seja eu adepto daquela transformação, confirmo que existem em todos os Territórios melhoramentos que despertam muito interesse e entusiasmo das pequenas cidades do interior amazonense, paraense, mato-grossense, goiano, ou mesmo de outros Estados que se consideram mais importantes.

O Sr. *Plínio Coelho* — Defendi, já há tempo, a tese da criação de novos territórios. Ela realmente não é nova. Vem do Império, passou para a República e, ainda hoje, há gritos insistentes em prol da criação dessas divisões administrativas.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Se V. Ex.^a permite, é velha apenas a tese a que se refere porque o fato Território só tivemos neste século, depois da República e em consequência do Tratado de Petrópolis.

O Sr. *Plínio Coelho* — V. Ex.^a abordando a questão, desde o início, afirmou que iria falar sobre a melhor distribuição administrativa do Brasil, conseqüentemente, melhor distribuição territorial. Esta tese da melhor distribuição territorial vem do Império, passou para a República e, hoje, ainda é defendida por inúmeros homens, como Segadas Viana, Teixeira Filho, etc. Não quero aqui lembrar isto. Desejo dizer a V. Ex.^a que a teoria dos territórios já é pasadista. Quando queremos valorizar uma região não precisamos criar um território para mandar dinheiro federal para lá. Há uma intervenção econômica nessa região. Os Constituintes de 46 foram sábios quando fizeram esta intervenção econômica no Nordeste e na Amazônia através de artigos constitucionais que facultam à União aplicar um tanto de sua renda em benefício da valorização destas regiões esquecidas. A tese dos territórios é hoje, portanto, repito obsoleta e não pode ser mais lembrada, pois o que deve existir é a intervenção econômica da União naquelas regiões. Há-de V. Ex.^a dizer: mas, no passado, pensou-se em territórios. Realmente, porque no passado se tinha a idéia de que a autonomia dos Estados não podia admitir a ajuda supletiva a êsses mesmos Estados. A Constituição de 46, porém, estabelece outro regime. Os Estados podem ter autonomia e receber ajuda da União para as regiões que precisam ser hematizadas.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Se V. Ex.^a me ouvir até o fim, verá que não estamos tão distanciados, como julga. Peço que aguarde até que eu possa chegar ao ponto que V. Ex.^a está abordando.

O Sr. Plínio Gayer — Quanto a Goiás, o nobre Senador a que V. Ex.^a se refere foi injusto, ao querer incluir meu Estado entre os que precisavam da criação de territórios para o seu desenvolvimento. Goiás foi o Estado onde, comparativamente, mais se desenvolveu e cresceu o impôsto sôbre a renda.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Tenho conhecimento disso. No crescimento de população também se tem destacado muito.

O Sr. Plínio Gayer — Em dez anos, passou, de 800.000 para 1.270.000 habitantes. E' um Estado que tem capacidade para se desenvolver dentro de seu próprio mecanismo administrativo. Não pode portanto ser incluído entre os que, para prosperarem, precisam ser transformados em territórios.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — V. Ex.^a está enganado nessa parte. Ressalvei que não estou de acôrdo com a tese do Senador Chateaubriand.

O Sr. Pereira da Silva — Em complemento ao que declarou aqui o meu prezado colega de bancada Deputado Plínio Coelho, cuja tese é perfeita e inatacável, quero acrescentar: no momento presente, o de que se cogita em todo o Brasil, como movimento tipicamente nacional de reconstituição de tôda a Nação, é do municipalismo. Temos, por conseguinte, de pensar na reestruturação dos municípios. Daí advirá um país maior e economicamente forte, cuidando o govêrno de desenvolver as riquezas municipais em cooperação com os Estados, e não retalhando êstes últimos para criar territórios. Essa a tese municipalista que se coaduna com a Constituição de 1946.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Aceito com prazer o aparte de V. Ex.^a e quero, antes de recomençar as minhas considerações, dizer que estou discutindo o problema dos territórios já existentes, analisando o que tem de bom, examinando, em seguida, o reverso da medalha.

O SR. PRESIDENTE — Atenção. O tempo de V. Ex.^a está findo.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Peço a V. Ex.^a, Sr. Presidente, conservar-me inscrito.

Era o que eu tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem, Palmas*).

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Senhor Presidente, Srs. Deputados, ontem, quando fazia uma exposição sôbre o problema dos Territórios Federais, logo de início, alguns colegas, tomando como pessoais as minhas observações, apartearam-me antes mesmo de chegar ao tema principal do meu discurso.

Estava analisando aquilo que os Territórios representam realmente de vantajoso para o progresso das regiões onde se instalaram. Não discutia, como entendeu o nobre colega Sr. Plínio Coelho, a melhor maneira de atingirem essas regiões índice maior de civilização.

E' muito debatida hoje — e a imprensa, livros, estadistas, e um sem número de autoridades a discutem — a tese da intervenção do Govêrno Federal no âmbito das administrações estaduais e municipais, objeto mesmo de um grande livro de Roger Pinto, sôbre a crise do Estado nos Estados Unidos.

Não era o assunto, repito, que tinha em vista — a melhor maneira de atingir êsse fim. Referia-me ao problema, tão-só e sômente, dos Territórios federais, dos que já existem, certo de que só me interessa, em verdade, a sorte do Acre.

Dizia eu então: Até no Acre êsse irmão desconhecido e caluniado, podemos registrar a respeito do progresso material coisas bem expressivas! Tôdas as suas cidades já possuem luz elétrica, e quase sempre com mais de um conjugado. Em tôdas elas há campos de aviação que permitem pouso dos DC-3 e C-47 que comumente sobrevoam esta capital e as cidades do litoral brasileiro; há um

pôsto de higiene com médico diplomado, em cada sede de município; dentistas atendem à criança nos grupos escolares, e causou-me estranheza saber, só agora se cuida disso por aqui em lugares que se consideram muito civilizados. Êsses grupos escolares são dignos de serem vistos pelos nossos patrícios do centro-sul, tais as suas proporções, equipamento e conforto. E não é só. Quando os nobres colegas goianos tanto se bateram aqui por uma estação de radiotelegrafo para Ipameri, se não me engano a segunda ou 3.^a cidade do seu grande Estado, ouvi, com surpresa, o nobre líder Gustavo Capanema declarar modestamente que o seu velho Pitangy ainda não possuía estação própria de radiotelegrafia, e lembrei-me de Tarauacá, Cruzeiro do Sul e outros municípios dos confins do Acre, cada um dêles com três estações, a do Telégrafo Nacional, a do govêrno do Território, e a das companhias aéreas, tôdas capazes de alcançarem diretamente o Rio de Janeiro.

Antes do discurso do Sr. Presidente da República, pronunciado em São Vicente, já se achava emendado o orçamento do Acre para 1953, concedendo-lhe créditos para o serviço de águas e esgotos em todos os seus municípios, sendo que em alguns, já para êste ano estão vigorando dotações para aquêle fim preconizado no discurso do Sr. Getúlio Vargas.

Rio Branco, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a jovem capital do meu Território, pode surpreender também êsses turistas apressados, de óculos escuros e... superficiais. Lá encontrarão um Palácio que é um palácio, e não uma simples casa particular adaptada, e batizada com êsse nome; um Quartel da Guarda que muitas unidades do nosso Exército invejariam; belo e grande ginásio, estação de passageiros do aeroporto, só inferior às do Rio, São Paulo e da Bahia, e sobretudo soberba, majestosa Maternidade e Clínica de Mulheres que espantou o médico Adhemar de Barros, cujas peregrinações cívico-eleitorais alcançaram até aquelas longínquas plagas...

A estrada do Abunã foi construída com destinação econômica. Enveredamos pela agricultura técnica, através de uma estação experimental de onde partiu o primeiro grito pela libertação do seringueiro, através de uma revolução branca, de novo método de exploração do látex da hévea, mais humano e produtivo — o processo Arantes.

O Sr. Adahil Barreto — A esta altura do discurso de V. Ex.^a, gostaria de acentuar que muitas dessas realizações se devem direta ou indiretamente à administração eficiente de V. Ex.^a, quando à frente daquele território.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Muito grato às palavras de V. Ex.^a, que muito me honram, sobretudo, partidas de um dos mais brilhantes deputados e filho do Ceará, terra que vem a ser afinal de contas o berço espiritual do próprio Acre.

— E' difícil, senão impossível, fazer-se comparações entre os Territórios, sem perigo de cometermos grandes injustiças.

Começa pela situação geográfica totalmente diferente em cada caso. Fernando de Noronha não passa de uma base militar, com cerca de 600 pessoas. Seu destino como Território é de ordem estratégica, e algo diverso pois dos fins que deram origem aos outros.

Amapá tem o mar na sua porta, e bem perto, um grande mercado abastecedor como Belém. Sua vida parece encaminhar-se a passos largos, e raro descortino no sentido da exploração das riquezas minerais do seu solo privilegiado com reservas de manganês, de que o mundo tem fome. Já o Rio Branco em zona de difícil acesso, através de cachoeiras, apresenta campos naturais, tão raros na Amazônia, contrastando com o Acre ainda mais distante, a cerca de cinco mil quilômetros da bôca do Amazonas e todo coberto de florestas virgens. Acre e Guaporé são vizinhos. Da capital de um a do outro é um pulo de hora e meia, bem entendido, por via aérea. Mesmo assim, há diferenças de ordem física, fundamentais. O rio que os portugueses chamaram da Madeira é de fato um grande e caudaloso rio, com navegação regular o ano inteiro, enquanto o rio Acre não passa de um pobre subafluente sem transporte na maior parte do ano.

Quanto ao povoamento são bem diversas também as condições.

O Sr. *Plínio Coelho* — V. Ex.^a fez muito bem em dar a importância que deu às posições geográficas dos territórios. Não há contestar que a grande vantagem do Território do Amapá nasce da sua posição geográfica. Ele fica na porta de entrada da Amazônia e se banha nas águas do mar. Os outros territórios são centrais e distantes. A importância mineral, ou melhor, da riqueza do subsolo influi para a posição vantajosa em que ele se encontra, mas ela não é por si só marcante. Basta que se note isto: o Acre possui petróleo e já se fez tentativa de exploração e depois os poços, talvez pelo jôgo internacional, foram fechados, sem que as pesquisas e lavras continuassem. Alega-se então, como se alega hoje e foi alegado na Comissão de Economia, que não compensa economicamente a exploração do petróleo no Acre pela distância e porque medidas outras deveriam ser tomadas. Naturalmente, incluem outras questões, como a falta de administração, a falta de continuidade, e fatores outros que poderiam ser lembrados. Mas o principal é isto — o Amapá banha-se nas águas do mar e está no pórtico da Amazônia, enquanto os outros se encontram no centro, na selva "selvaggia".

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Perfeitamente. Estou de pleno acordo com V. Ex.^a.

O Acre é cerca de três vezes mais povoado do que o Amapá e o Guaporé. Três dos seus municípios têm, isoladamente, população maior do que todo o Território do Rio Branco... Aqui ocorreria a V. Ex.^{as}, Senhores Deputados, perguntar se as verbas federais são distribuídas de maneira *mais*, ou *menos*, proporcional a esses dados censitários. Infelizmente, tal não se dá. Não vai aqui nenhuma queixa contra os outros irmãos territórios que não têm culpa nenhuma nessa questão curiosa. O fato é que nem o Ministério da Justiça, nem o D.A.S.P., nem a Comissão de Finanças, nem a da Amazônia, quanto a esta parte de orçamento, que não deixa de ser também um plano tomam conhecimento das últimas estatísticas...

A propósito, poderia ligeiramente apontar aqui algarismos relativos à última proposta orçamentária, isto é, para 1953: enquanto, com relação à proposta de 1952 o aumento no orçamento do Território do Rio Branco é de cerca de 12 milhões de cruzeiros; o aumento do Território de Guaporé é de cerca de 11 milhões de cruzeiros; o aumento do Território do Amapá é de 9,5 milhões de cruzeiros, a majoração para o Território do Acre — o que tem maior número de Municípios, a maior população entre todos, população que já ultrapassou a do Território do Alasca, nos Estados Unidos! — é a menor da ordem de 5,5 milhões de cruzeiros! Vejam os Srs. Deputados como o Governo Federal tem sido um pai injusto para com o Acre, mais antigo, de origem tão diferente dos outros Territórios não só, pela vontade de ser Brasil, como pelos sacrifícios que custou.

O Sr. *Aluizio Ferreira* — Terá verificado V. Ex.^a se a distribuição dessas verbas resulta de ação do Ministério da Justiça ou de propostas encaminhadas pelos próprios governos territoriais?

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Vossa Excelência tem razão em querer tudo claro. Mas no caso, não me interessa a quem cabe a culpa. Para mim ela é do Governo. Só desejo constatar o fato.

Não sei bem se parte do Governo do Território, se vem do Ministro da Justiça ou do D.A.S.P. Sei que a culpa não é do Deputado, porque V. Ex.^a tem conhecimento do número de emendas apresentadas aqui.

O Sr. *Plínio Coelho* — Já que V. Ex.^a inocentou um, inocente também o outro. A culpa não cabe ao Congresso, e a respeito disso não há a menor dúvida, a culpa também não cabe ao Ministro da Justiça. Culpa cabe sim à administração local, que não forneceu ao Ministro da Justiça os pedidos necessários para manutenção de serviços, que somente o Governo local sabe quais os necessários para seu próprio território.

O Sr. *Aluizio Ferreira* — Seja de quem fôr a culpa, o que cumpre fazer é chamar a atenção para que no próximo Orçamento não haja omissão tão grave. Aliás, V.

Ex.^a neste instante, com a sua alta autoridade e zelo patriótico, está chamando a atenção das autoridades competentes para este importante fato.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Muito agradecido. V. Ex.^a tem sido sempre, também, defensor das melhores causas nesta Casa.

O Sr. *Félix Valois* — Acredito que em tudo isso o que se verifica é o mal de ausência de organização. Há, realmente, falta de organização federal para supervisionar a administração territorial. Já disse aqui: um ministério mais, uma vez que já há muitos, ou mesmo um vice-ministério, com planejamentos.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Só divirjo no nome que V. Ex.^a quer dar a esse novo órgão, chamando-o Ministério das Colônias.

O Sr. *Félix Valois* — Ou Ministério, ou mesmo outro que seja.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — No fim do meu discurso — verá V. Ex.^a — levanto-me contra esse aspecto de se considerar os Territórios como colônias...

O Sr. *Félix Valois* — Quando dizemos colônia, é para chamar a atenção para uma administração *sui-generis*, diferente das demais organizações federais, estaduais e municipais. Por exemplo: o Orçamento, que pela Constituição é anual, para os Territórios deve ser global.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Estou certo de que os Deputados dos Territórios sempre tiveram, têm e continuarão a ter, para com o Território irmão mais velho, a melhor boa vontade. Não desejo entrar numa comparação ciumenta, porque reconheço que os nobres Deputados Félix Valois, Aluizio Ferreira e Coaracy Nunes, sempre defenderam com muita justiça e isenção de ânimo, o Território do Acre.

Por isto mesmo, neste momento, quero citar, para conhecimento dos nobres colegas de Territórios, o que consta da proposta que o Governo fez chegar ao Parlamento, para 1953. Vou referir-me a uma só verba — melhoramentos — a fim de não tomar muito tempo. Pois bem: a respeito de melhoramentos ou obras, para o ano de 1953 enquanto o Rio Branco — afinal, o nobre Deputado Félix Valois há de convir comigo em que seu Território são dois Municípios apenas; e cidade propriamente uma só, a sua própria Capital; no entanto tem 18 milhões de cruzeiros para obras — a verba da Amazônia é a mesma para todos os Territórios, por isso não precisa ser levada em conta — o Guaporé — tem 19.800 mil, o Amapá, a bagatela de 27.300 mil, e o Acre, apenas 19.900 mil!...

O Sr. *Félix Valois* — Completando o meu aparte, V. Ex.^a há de concordar comigo que há portanto ausência de um órgão, de um planejamento da política administrativa dos Territórios. Isso é de interesse da Nação, particularmente do interesse dos Territórios. Devemos lutar, no Congresso, por essa reforma, de toda urgência. Efetivamente, V. Ex.^a tem razão, em parte. Mas, no conjunto, o Ministério da Justiça, o órgão supervisor do serviço, não está em condições para exercer suas funções, por falta de material, de funcionários. De maneira que, para desenvolver a política dos Territórios, em cujo futuro repousa uma melhor divisão territorial do Brasil, se deve criar um organismo, para os que já existem e os que venham a ser criados.

O Sr. *Plínio Coelho* — Está superada essa política de criação de novos Territórios.

O Sr. *Félix Valois* — Na opinião de V. Ex.^a.

O Sr. *Plínio Coelho* — Na Constituição de 1946 V. Ex.^a não encontrará recurso para adotá-la.

O Sr. *Félix Valois* — Mas há remédio, emendando a Constituição; não com a facilidade de baixar decretos, como foram criados os atuais Territórios.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Obrigado a V. Ex.^{as} por esses apartes que valorizam o meu discurso — dizia, porém, para esses órgãos, o Orçamento deve obedecer cálculo puramente relacionado com o do ano anterior. A coisa vem assim de longa data, e resume-se numa simples

operação percentual, de um ano para outro. Isto não dá muito que pensar, e dispensa o exame do recenseamento de 1950 por onde se veria que o Acre é o único Território com 7 Municípios e 115 mil habitantes, mais gente, aliás, do que a do Território de Alasca, dos mais importantes da União Americana. Dever-se-ia examinar ainda no caso do Acre a sua exportação — só de borracha, são cerca de 200 milhões de cruzeiros, anualmente, que descem por um dos seus rios — o Acre. Só no Município de Cruzeiro do Sul existe cerca de um milhão de cafeeiros, plantados segundo técnica reputada por aqui como muito moderna, isto é, na sombra. A economia do Território alicerçar-se-á de futuro no petróleo do Môa, na borracha do Acre, e na Agricultura em geral cujos dados estatísticos o situam desde já entre as unidades mais equilibradas da Amazônia.

De fato, Srs. Deputados, não há possibilidade de uma comparação adequada se não procurando ver a riqueza criada, através da agricultura estável, de indústrias que já existem; procurando examinar até as contas bancárias, do que a população já dispõe, como circula o dinheiro, enfim, não é possível cotejo algum só pelo aspecto externo das coisas pela primeira impressão.

Em resumo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, progresso material, apesar de críticas e interrogações, existe, não tanto nas proporções desejadas, mas existe, sobretudo se fizermos um cotejo com as demais populações do interior do Brasil. A experiência dos Territórios não depõe assim, contra a administração federal, como querem fazer crer certos julgadores apressados. Ela depõe contra coisas que veremos adiante, mas não são aquelas, referidas há pouco tempo no "Diário de Notícias" por um jovem e brilhante escritor, o meu prezado amigo Osório Nunes...

Quando estive em Cucuí, repetia-me constantemente um médico da Comissão de Limites, que *na prática, a teoria é outra*... Era a sua filosofia diária, a propósito de tudo. Lembrei-me desse filósofo de Cucuí, lugar também referido pelo imaturo escritor Osório Nunes, justamente ao ler o seu jactancioso artigo. A gente não sabe neste país, se os homens, com o tempo, vão ficando mais sábios, ou se vão piorando da cabeça. O Sr. Nunes quando disserta teoricamente, é inteligente e aceitável; quando passa aos programas e planejamentos é de uma candura geográfica que faz dó... Além de colocar a ilha Suarez no Acre, a ilha que fica bem defronte de Guajará-Mirim, acha êle que a influência boliviana na zona de Brasília-Cobija é muito grande. Tudo às avessas. Desde a revolução acreana que se observa justamente o inverso. E tanto é assim que isso foi a causa da revolução, revolução impossível, se não prevalecesse até hoje, como prevalece, do Acre ao Abunã, população noventa e nove por cento brasileira, e não sei mesmo de quaisquer outros lugares em que essa percentagem é alcançada. Outra heresia é a comparação entre Ponta-Porã e Pedro Juan Caballero, em frente! Até de avião, o Sr. Nunes veria a grande diferença, de uma para outra, e a nosso favor. E de terra então... nem se fala! Se em vez de escrever da beira do Oceano Atlântico, para usar sua própria expressão, se desse ao trabalho de ir lá, coisa tão fácil hoje, mudaria as suas palavras, sem ser preciso conversar nem com brasileiros, nem com paraguaios. Posso apelar até para o testemunho de colegas aqui presentes e conhecedores *in loco* daquele trecho de nossa fronteira.

Alega que a União em 10 anos já inverteu nos novos Territórios um bilhão e meio de cruzeiros e fica estarrecido com a quantia! Seria melhor que o Sr. Nunes calculasse, quanto gastou consigo mesmo, durante o último decênio, e ficaria muito mais estupefato com a curva inflacionária do seu orçamento pessoal!

E aí nos levando o Sr. Nunes para outras conclusões estapafúrdias, como essa de que a culpa do abandono das nossas fronteiras cabe aos Territórios. Ora a êstes nunca se incumbiu de guardar ou zelar pelas fronteiras, nem isso seria possível constitucionalmente falando. E' coisa dos Ministérios Militares, e do Itamarati. Apesar disto, quando no governo do Acre, o problema da vivificação da faixa fronteira, não nos passou despercebido. Localizamos milhares de soldados da borracha, aproveitando-se satisfa-

tóriamente êsse capital humano, ao longo da rodovia do Abunã; sobre a fronteira com a Bolívia, justamente na altura de Cobija, e em muitos outros lugares mais para dentro do território, nos arredores de suas cidades. São hoje pequenos seringalistas, ou pequenos agricultores, trabalhando suas próprias terras. Distribuímos só no Município de Rio Branco, mais terras do que Peron, em tôda a Argentina, desde que governa. Mas, infelizmente, ou melhor, felizmente, o Acre é Acre, êsse desconhecido sem verbas de propaganda...

O Sr. Plínio Coelho — Não tenho dados no momento, mas posso afirmar a V. Ex.^a que, nos cinco primeiros anos após a criação do Território do Acre, o volume de impostos ali arrecadados, quando do fastígio da borracha, deu para pagar tudo quanto o Governo Federal gastou com a aquisição desse Território.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Sem dúvida o Acre era, então, muito próspero e, mesmo, das regiões brasileiras de maior quociente de exportação. Prosseguindo direi:

Também no Guaporé, quando governador o Deputado Aluizio Ferreira, parece-me que se cuidou com especial carinho de fronteiras e fronteiros... O Forte do Príncipe da Beira, que jazia no esquecimento e no abandono, foi desenterrado por êsse nobre colega cujo testemunho poderia invocar aqui.

E que lamentável é o equívoco do imaginoso moço jornalista, quando nos afirma: O domínio que o povo brasileiro tem sobre as suas largas zonas desabitadas e empobrecidas se baseia na teoria jurídica do "utis-possidetis". Foi assim, antes dos Tratados de Limites, mas hoje são êsses tratados solenes que reconhecem o nosso direito, e o nosso domínio. A permanecer indefinidamente o princípio do utis-possidetis, todos os anos a fronteira poderia estar mais aquém, ou mais além... O "utis-possidetis", isto sim foi a base dos tratados, e êstes é que são hoje a base do nosso domínio, coisa bem diferente do que escreveu o Sr. Nunes, lançando teoria que considero extravagante como velho demarcador de fronteiras.

Menino, tenho obrigação de conhecer isso melhor do que você, ouvi, certa vez, Tasso Fragoso falar assim, dirigindo-se a alguém do Itamarati, a propósito de uma controvérsia sobre a Guerra do Paraguai. Daqui também direi ao meu caro Osório Nunes, sem imodéstia por ser dever do ofício, e parodiando não o saudoso general, mas o tuxaú de Gonçalves Dias — *menino, eu vi...*

Referindo-se ao Acre, ocorreu-lhe ainda essa injustiça tão grande que prefiro considerá-la mais erro de história do que propriamente injustiça — "arrastava existência miserável quando se instituíram os demais..." Ora, Sr. Nunes, de quem a culpa? A catástrofe econômica da borracha não pode ser incriminada somente ao Acre, que na época da sua incorporação era região muito próspera. Como os Estados da Amazônia o Território foi vítima talvez da incúria da União Federal.

E quanto aos vazios demográficos de que tanto se fala, como fator da criação dos novos Territórios, vejamos se há razão para título tão afirmativo — "O Fracasso dos Territórios". No último decênio, afora Paraná e Goiás, somente os Territórios apresentaram, e sem exceção de nenhum, incremento de população acima das médias de cada região do país. Enquanto no Norte a percentagem de crescimento foi de 28%, no Nordeste 27%, no Leste de 23%, no Sul de 33% e no centro-oeste de 41%, nenhum dos Territórios apresenta incremento menor de 45%. Não é preciso dizer mais nada, para um desmentido formal, do título e das observações do Sr. Osório Nunes.

Vou entrar agora, Sr. Presidente, em considerações que serão por certo do agrado do meu velho amigo Pereira da Silva e de outros inimigos dos Territórios, muitos dos quais hão de estar aqui presentes. Procurarei ser tão sereno e verdadeiro quanto o fui, em reconhecer as suas vantagens, provadas que também estas existem. Eis o reverso da medalha.

A consequência imediata da ação territorial é a marcha acelerada para um mau socialismo, o socialismo de Estado. Estou suficientemente informado de que se pratica

nos países escandinavos certo socialismo que, mantendo a liberdade, busca cada dia melhor distribuição e circulação das riquezas criadas pelos particulares. No Território Federal brasileiro, o fenômeno é de socialismo às avessas... Não há o que distribuir, e no meio da pobreza geral, só o Território é relativamente rico! Passo para aqui em rápidas pinceladas o que escrevi certa vez sobre O Estado Socialista do Acre — "Por mais extravagante que pareça, o título não é somente para armar efeito.

O Sr. Félix Valois — Meu nobre colega, é o latifúndio, apenas, para não citar outras modalidades.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — No Acre o Governo é tudo...

O Sr. Félix Valois — Diz aqui o colega Plínio Coelho que o latifúndio é uma necessidade. Ao contrário: ou acabamos com o latifúndio, ou não é possível progresso social na região.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Estou a vontade...

O Sr. Plínio Coelho — V. Ex.^a fez distribuição de terras e sabe, perfeitamente, que só constituem latifúndio as terras inaproveitáveis.

O Sr. Félix Valois — Exatamente por isso. Ninguém a explora e, no entanto, impedem que outros o façam. É a grande dificuldade. Trata-se de problema ainda não ventilado, nesta Casa, mas que será por nós debatido, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE — Atenção! Se o nobre orador conceder mais apartes não poderá concluir o discurso; pois dispõe de apenas poucos minutos.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — No Acre, o governo é tudo; é, infelizmente, o dono de tudo. A telha, o cimento, os caminhões são do governo. Todos os estabelecimentos de instrução pertencem ao governo. Todos os trabalhadores na cidade ganham pelo governo. Quem não trabalha nas obras do governo, é funcionário do governo, que detém assim, todos os empregos, sem exceção.

Acrecentemos o avião, o Hotel, a Guarda Territorial, todos os médicos, e mais os dentistas, os agrônomos, os mecânicos, os motoristas, os eletricitistas, os carpinteiros, os pedreiros, os pintores, os encanadores, tudo está engrenado, ou depende do governo. Quem conhece o Acre por dentro sabe que não exageramos.

O povo está de fato convencido que o governo é para pagar, cuidar, limpar, curar, dar, melhorar, resolver, ou salvar tudo! E sozinho! Uma letra que pode ir a protesto, uma desavença entre amigos, alguém que ficou sem casa, um pobre que não encontra comida, uma tábua que faltou na construção particular, uma viagem imprevista por motivo de saúde, enfim, até uma carta que desgostou o seu destinatário, qualquer coisa assim, pode originar consultas a Sua Excelência o mais atribulado dos Governadores, o Governador-Delegado da União no Território Federal do Acre. Eis, pois, o Estado-árbitro, o Estado-intervencionista, coordenando, dirigindo, burocratizando a sociedade, a economia, a finança, a vida inteira do Território. Sistema patriarcal com as suas pequenas e as suas grandes desvantagens, de carregar o peso monstruoso de todos os interesses coletivos, particulares e particularistas.

Do lado de fora, restam apenas uma dúzia de seringalistas-comerciantes e a massa dos seringueiros-párias. Estes são compradores forçados dos seus patrões, assim como os patrões se acham algemados aos bancos e casas "aviadoras".

O comércio é todo de negociantes-intermediários, sem iniciativa para nada, somente espertos nas trocas, em espécie. Borracha para cá, açúcar, tecidos ou cachaça para lá! ... Nada constroem porque, em verdade, estão acampados, apenas esperando completar certa quantidade para se retirarem, para "baixarem" como dizem, em busca de cidades grandes, onde o clima é até pior, mas ... onde os cinemas são melhores!"

A culpa, em grande parte, não é do povo, Sr. Presidente, Senhores Deputados, e sim da forma de governo. A mesma coisa ia acontecer em Ponta-Porã, em pouco tempo

de Território. Ninguém pensava em ganhar com penoso esforço cinco ou seis contos mensais, se não era muito difícil conseguir-se no governo um emprêgo de 2 ou 3 contos ... As normalistas queriam ser funcionárias tôdas, os caixeiros e balconistas foram se arranjando nas contabilidades dos departamentos, e até os "peões" dos campos vieram para a cidade arrumar as ruas, e trabalhar nas construções. Ora, as obras do governo são grandes e lentas. As iniciativas particulares retraem-se, pois há como que um torpor geral, naquilo que de fato se poderia chamar as verdadeiras fontes da vida de uma região.

Conseqüências imediatas — impossibilidade tributária; sem criação de riquezas, não pode haver impostos; sem estes, eterniza-se a figura do Território como peso morto, para os membros da federação ... Prolonga-se a menoridade desses filhos incapazes de proverem sua própria subsistência.

Young, autoridade já citada aqui pelo nobre Deputado Aliomar Baleeiro, chama os Territórios de Estados embrionários. Mas, se o embrião não se desenvolve segundo as leis naturais da vida, tornar-se-á aquêle peso morto, nocivo, e até perigoso!

Há outra conseqüência que considero ainda mais séria na vida dos Territórios — a absoluta deseducação política, e o conformismo diante de qualquer governo. Aliás esse sistema, sempre foi o adotado, desde a mais remota antiguidade, pelos povos imperialistas, para administrar suas longínquas colônias. Assim fazia Roma, mandando seus procônsules para subjugar populações conquistadas pela espada. Todo governo em que o poder executivo é exercido sem consentimento público, vem a ser pois um Território. Debalde se chamará, regime das Prefeituras isoladas, ou Departamentos, como já houve no Acre. Tudo dá no mesmo, quanto ao caso político, que é o da hipertrofia natural do Executivo gerada pela distância e isolamento. Imaginai, Senhor Presidente, nas condições atuais do nosso interior, um homem que dispõe, sem nenhum controle efetivo, da Polícia, e de 70 mil contos anuais, dentro de cidade de 10 mil habitantes, como seu único empregador ... e eis uma pequena ditadura. De imprensa só existe o semanário oficial; radiodifusora também uma só, exclusivamente a serviço do governo. Os elogios são sistemáticos, e o aulicismo torna-se crônico. Como em tôda parte onde a liberdade não é um direito líquido e certo, desenvolve-se, alastra-se, fora e dentro da administração territorial, conformismo, moleza, desfibramento, rebaixamento de caráter, medo e intrigas. A figura do Procônsul emerge do sistema, mesmo que não tenha êle vocação para o Proconsulado. Aquela adulação que acaba agradando, segundo a frase atribuída a João Pinheiro, está na base do regime. Tudo depende da bondade, ou dos caprichos de um só homem! mesmo que se trate de santo homem isto é incompatível com a Razão, o Direito e a Liberdade, e até simplesmente com a sua condição humana...

Neste ponto, apelo para o testemunho de outro Deputado, o Sr. Félix Valois, que sabe muito bem que não estou exagerando.

O Sr. Félix Valois — A exposição de V. Ex.^a é brilhante e eu a subscrevo integralmente.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Obrigado a V. Ex.^a. Só um emprega, promove, transfere, compra, prende, paga e demite, e tudo dentro de um círculo de raio pequeno. Ninguém quer incompatibilizar-se, divergir, sequer silenciar diante do Grão-Vizir. Êste às vêzes pede e exige aplausos. V. Ex.^a Sr. Presidente e Senhores Deputados, não de pensar que estou fazendo caricaturas, mas estou dizendo verdades verdadeiras; estou depondo perante a Nação.

O Sr. Félix Valois — V. Ex.^a foi Governador de dois territórios. Por isso, tem autoridade para assim se expressar.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Muito me envaidece o juízo do ilustre camarada e nobre colega.

Há pouco tempo o Embaixador americano na Rússia, em entrevista que está ficando célebre, referiu-se à impossibilidade de dirigir-se em Moscou ao homem da rua, tal o

mêdo que todo o mundo ali tem de parecer suspeito ao governo. A mim não causou surpresa essa declaração, pois, no Acre, em certas épocas de crises políticas, a mesma coisa se passa. Estava no governo do Território, e queixou-se a mim um alto funcionário, de que muita gente já não o cumprimentava mais, admitindo apenas que não estivesse êle nas boas graças do governo! É o uso do cachimbo, Sr. Presidente! Sinto até vergonha, sincero constrangimento, de confessar, que em audiência com gente do povo, o governador era às vêzes chamado — *Vossa Majestade!* Eis Sr. Presidente, Srs. Deputados, até que situação um regime pode deseducar um povo! E' que o progresso material não é tudo. Uma vida honrada e digna não se constrói com gorjetas, esmolas, restos e sobejos do Governo Federal. Tenho receio de um desenvolvimento dos Territórios, não se evitando desde já os erros de uma economia mal começada, e sem princípios éticos. O Acre nasceu de luta contra um truste. Era o *Bolivian Syndicate*, companhia dessas chamadas "de carta", daria melhor de carta-branca... organizada para submetê-lo e explorá-lo à moda das concessões africanas. Reagiu então, sôzinho, e derramou sangue pela liberdade. Que vem a ser o pão de hoje, dado pela Mãe-Pátria, diante do sacrifício daqueles que deram a vida para que o Acre continuasse sendo brasileiro! Eu creio, êsse sacrifício ainda não foi devidamente compreendido. Os revolucionários irredentistas receberam com surpresa a categoria de Território, nova para o Acre e para o Brasil. O sonho dos acreanos era o Estado. Território é colonialismo, é imperialismo, sistema usado para governar terras estranhas, e gente estranha. Por que aplicá-lo ao Acre, solo brasileiro, regado com suor e sangue de cearenses? O Acre nasceu sob o signo da liberdade, isto se demonstra desde as primeiras insurreições. A sua origem não foi a cissiparidade ocorrida em 1943 com os novos Territórios. O seu caso foi antes de aglutinação. Chegou a ser independente. Teve um Ministério, Exército de *provisórios* e Marinha fluvial. Conserva ainda sua linda bandeira, e o hino de Francisco Manguabeira em que se fala do sangue dos heróis. Nada foi levado em conta. Impuseram-lhe a mesma fórmula boliviana, contra a qual se rebelara.

Logo em 1906 começou a reação. A chamada Assembleia de Bagé, reunida nos arredores do Rio Branco, é prova irretorquível.

Pediu-se ao Congresso Nacional a elevação do Acre a Estado autônomo. Alguns membros exigiram autonomia imediata, em inflamados discursos. Plácido de Castro, Presidente da improvisada assembléia aconselhou então atitude mais contemporizadora. Lança-se contudo em ata um "voto de pesar pelo modo indiferente por que os acreanos têm sido tratados pelo governo da União". Nomeado Prefeito do Alto-Acre, o caudilho assim se expressa, ainda no mesmo ano, em relatório ao Ministro da Justiça — "convenha V. Ex.^a em que, para ninguém é mais doloroso do que para nós vir dizer ao país, que na qualidade de colonos do estrangeiro, cujo jugo sacudimos, tínhamos mais direitos do que temos hoje na comunhão brasileira!

Hoje, que estamos sob a dominação da soberania brasileira, não temos direito de voto, nem tribunal, nem *habeas-corpus*, e por conseguinte não temos existência política... A nossa lastimável situação nos traz a idéia de que somos um povo estranho vencido pela fôrça e, cuja índole, propensa às revoltas, aconselhasse excepcionais medidas de repressão".

E a respeito dos impostos, agora que se lançou uma "derrama" do Senhor Láfer sôbre o Acre, vale a pena destacar as palavras causticantes do grande caudilho Plácido de Castro, cheias de atualidade, apesar de decorrido quase meio século. Referindo-se ao Governo da República "mandou cobrar os impostos de indústrias e profissões sem prévia regulamentação, submetendo-nos assim às mesmas taxas a que estão sujeitos os comerciantes da Avenida Central e Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro".

Sr. Presidente, Srs. Deputados as alterações introduzidas posteriormente não foram substanciais. Continua quase tudo no mesmo no que diz respeito ao sistema de governo do Território. A presença aqui dos nossos Depu-

tados cria o mesmo problema observado no Distrito Federal — da diferença básica de origem entre Legislativo e Executivo. Um vem do povo do Acre, o outro não passa de uma delegação do longínquo Executivo Federal. Ensaçada no princípio do século, em Pôrto Rico, essa modalidade foi considerada pior do que a dominação espanhola, segundo escreve Paul Colborn. De fato não pode haver, salvo acidentalmente, qualquer homogeneidade em tal sistema.

São passados no entanto 50 anos! Temos assim uma experiência "Territorialista" já suficiente para um julgamento e não apenas o decênio de vida do Amapá, do Guaporé e do Rio Branco! O Amapá até hoje só teve um governador, e bom governador. Guaporé e Rio Branco já tiveram governadores de mais, em tão curto período de existência... Só o Acre está em condições de falar, sôbre o fracasso dos Territórios, como fator de progresso social e de educação política, certo que não tem passado entre nós de uma simples fórmula socialista, de cunho meramente paternal.

Sr. Presidente — Srs. Deputados.

Observando como os Estados Unidos tratam os seus Territórios não chegaremos à conclusão de que o Brasil é opressor com relação aos nossos, mas sem dúvida temos de reconhecer a omissão, a displicência, a que relegamos durante êsses 50 anos, o Território do Acre! Mais populoso do que a maioria dos Territórios norte-americanos, nunca mereceu contudo sequer o tratamento que os Estados Unidos dão, em certos aspectos políticos, à ilha de Guam, ao arquipélago das Virgens, para não citar Pôrto Rico praticamente autônomo.

Guam, extremo sul das Marianas, pobre ilha onde vivem apenas 25 mil almas, tem um parlamento bicameral. Ao Acre, com 115 mil brasileiros, nunca se quis dar sequer um Conselho. O que existe com êsse nome é um órgão cujos membros são os secretários do próprio Governador... Se estendermos a comparação com Alasca, ou Havaí então é que as diferenças são mais profundas.

Ali, o Poder Executivo é sempre assistido por corpos legislativos vigilantes, eleitos pelo povo dos Territórios que caminham assim naturalmente para sua emancipação. Esta entra nos programas dos dois grandes Partidos, e foi recomendada públicamente pelo Presidente Truman. A nomeação dos governadores depende do voto do Senador. Estão cumprindo assim os Estados Unidos, para com os seus Territórios incorporados ou não incorporados, o art. 73 da ONU que diz assim — Os membros das Nações Unidas que tenham ou assumam responsabilidade pela administração de Territórios tomem providências "para promover autogoverno" e "assegurar progresso político". Nós também pertencemos à Organização das Nações Unidas, e com relação aos Territórios brasileiros nunca nos lembramos nem de uma coisa nem de outra.

Mas o que quer o Acre, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Nós pleiteamos alguma coisa inicial para sairmos dessa situação anômala de Território e que nunca foi desejada e que até agora não é estimada, no Acre! Pretendemos um Estatuto de *Território Independente*, autogoverno, qualquer coisa fora dessa situação política algo degradante e que o tempo já demonstrou, pelo menos no Acre não deu certo. Compreendemos a impossibilidade de elevação imediata do Território, à categoria de Estado-Membro se bem que tenhamos direito a isso porque os habitantes do Acre são brasileiros, pagam impostos, obedecem a tôdas as leis da União e acima de tudo porque seus pais derramaram sangue pela liberdade. Nem poderia ser de outra maneira, se o primeiro irredentista da região acreana se chamou José de Carvalho, bisneto de Bárbara de Alencar, heroína de uma revolução republicana! Mas dir-se-á que há o impasse das verbas e levantemos então a figura do *Estado-Dependente*, do *Estado-Associado*, ou que outro nome tenha, já que a questão não é de rótulos mas de remédio.

Enfim é chegada a hora das conclusões, depois de examinadas essas "grandezas e misérias" dos Territórios. Somos pelo *Território Independente ou pelo Estado Dependente*, qualquer dessas fórmulas intermediárias, em suma

outra etapa no caminho da vida democrática; em que pesem possíveis interpretações de doutos constitucionalistas, a idéia não é nova, e o *modus-faciendi* está à vista de qualquer leitor mais curioso — Pôrto Rico é exemplo que pode nos servir bêm — a ilha desde 1947 elege o seu governador, tem a sua própria Constituição, apenas sua vida econômica e judiciária está jungida ainda aos Estados Unidos cujas leis federais são obedecidas pelos pôrto-riquenhos. Não é mais um Território, porque difere muito do Alasca, de Havaí, de Guam, de Samôa, das Virgens. Mas tampouco é ainda um *Estado-Membro*. Nem se diga que a isso se chegou, à revelia de leis internas. Ao contrário, houve no princípio govêrno militar; em 1900 o primeiro govêrno civil, mas já com câmaras legislativas, coisa que nos Estados Unidos não se dispensa, nem nos Territórios insulares sob comando militar!

No Acre sou *independentista*, em *Ponta-Porã*, porém, favorável ao Território pelo menos um Território evoluído, semi-emancipado; não há contradição. *Ponta-Porã* precisaria uns 25 anos no máximo, de govêrno de Território, mas considerado êste como simples embrião de Estado futuro, progressista, e membro livre, da Federação. Isto não seria trocar indefinidamente a vantagem das verbas federais pela castração política. Aqui Sr. Presidente, Srs. Deputados, Vossas Excelências hão de permitir que lhes revele carta particular do nobre Deputado Aral Moreira, de quem tenho muitas vêzes divergido. Se faço essa violação de correspondência, aproveitando a ausência do seu autor, cuja modéstia não gostaria de ferir, é porque estou certo na sua linguagem sêca, ela contém grande e varonil exemplo de vigilância democrática e de horror ao oportunismo político. Por outro lado, vem corroborar tudo quanto afirmei sôbre certos vícios inerentes ao regime "territorial" — Ei-la

"Ponta-Porã, 17 de abril de 1945.

Ilmo. Sr. Major Respício do Espírito Santo
— Nesta.

Acuso o recebimento do seu convite: "para uma reunião, hoje, às 17 horas, na Prefeitura Municipal, quando serão tratadas as preliminares, no intuito deliberado e elevado de *tão-sòmente* coordenar todos os elementos dêste Município, até que possam por si mesmos construir uma expressão política própria".

Em resposta cumpre-me, com tôda a franqueza, dizer a V. S.^a que não é a primeira vez que se organizam e se coordenam fôrças políticas neste Município onde se têm desferido pleitos memoráveis, e nunca necessitamos que A ou B viesse coordenar nossos elementos, sem que isso signifique qualquer desconsideração pessoal a V. Ex.^a Assim me expresse, porque do seu convite se depreende que ainda estamos na época da *tanga*, na inconsciência dos nossos direitos e deveres cívicos, ao ponto de necessitarmos que viesse uma autoridade com o prestígio e as facilidades inerentes ao seu cargo, constituir-nos — *uma expressão política*, até que adquirida a *nossa maioria*, pudéssemos por nós mesmos deliberar acêrca dos nossos destinos.

Aceitar o seu convite seria reconhecer a *capitis diminutio maxima*, que V. Ex.^a nos defere, e que a nossa dignidade de cidadãos livres e conscientes não pode aceitar, pelo que solicito a V. S.^a escusas pelo não comparecimento.

Cordiais saudações. — *Aral Moreira*".

Sr. Presidente — Srs. Deputados.

Não fui dos que votaram com o nobre Deputado Nelson Carneiro, quando aqui se feriram memoráveis embates sôbre o divórcio. Há, porém, no Brasil um caso de divórcio que me parece necessário e até urgente. Refiro-me ao casamento do Acre com a União Federal, casamento forçado, que se realizou aí por volta de 1904, já suficientemente antigo, portanto, para um conhecimento recíproco, de ambas as partes. Hoje venho dizer à Nação, em nome do Território que represento, que o Acre pleiteia o seu divórcio. Só recebemos alguns presentes bonitos; já estamos na idade madura, e concluímos que êstes presentes não nos serviram de nada. Agora queremos divórcio, e é verdade que só nos interessa o "divórcio com mesada", mesmo porque ficamos mais pobres do que éramos, e não foi êsse o casamento sonhado pelo Acre... (*Muito bem; muito bem. Palmas*).